



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 8 – Pensamento Social

Lukács e a política: apontamentos preliminares sobre os “escritos políticos”

lukacsianos

Lucca Faustino¹

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, campus Marília. Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), nº 2025/25363-6. Email: lucca.faustino@unesp.br.

RESUMO: Este trabalho possui como objeto os escritos políticos de György Lukács (1885-1971), priorizando aqueles situados no período identificado como de maturidade do autor, notadamente a década de 1960. Quando, em 1918, Lukács adere ao recém fundado Partido Comunista Húngaro (PCH), este realiza aquela que seria considerada a maior ruptura de toda sua vida, a partir daí pressupõe-se que o autor tenha intervenção direta nas questões postas na ordem do dia, ou seja, a política transforma-se em um imperativo prático que o acompanhará por toda sua vida. Isto, porém, não significa que há uma homogeneidade nas posições políticas defendidas e adotadas por Lukács ao longo de seus mais de 50 anos de militância, ao contrário, assim como em suas formulações teóricas, os chamados “escritos políticos” são marcados por diversas inflexões, passíveis de serem compreendidas apenas em seu “tempo e modo”. Tais inflexões perpassam ao menos três momentos distintos: o primeiro sendo os dez anos de intensa militância que sucedem sua adesão ao PCH, caracterizado pela transição de um messianismo utópico para uma *realpolitik* revolucionária; o segundo abarcando os anos imediatamente subsequentes ao final da segunda guerra mundial (1945), quando Lukács, diante do surgimento das democracias populares, defende a ideia de uma nova democracia; e o terceiro após o ano de 1956, quando ocorre o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e se tem início o chamado “processo de desestalinização”, marcado pela crítica aberta realizada pelo autor ao stalinismo, que encontra seu ápice em um ensaio de 1968, intitulado “o processo de democratização”. Dessa forma, nosso objetivo é testar a hipótese de que os escritos políticos do “último” Lukács seriam o ponto culminante de suas reflexões políticas, rearticulando e recolocando sob nova luz todas suas intervenções anteriores. Para isso, nos apoiamos em uma acurada revisão bibliográfica, que levou em conta não apenas os escritos do referido autor, mas também de seus principais interlocutores, a fim de nos aproximarmos do “estado da arte” do debate.

Palavras-chave: György Lukács; Política; Democracia; Transição Socialista.

Introdução

O desenvolvimento intelectual de György Lukács (1885-1971) é objeto das mais distintas e diversas análises. Os quase 70 anos de intervenção pública² garantiram à sua obra uma extensão e densidade ímpar, marcada por giros e profundas inflexões, que, segundo Mészáros (2013), apontam para mudanças *qualitativas* no desenvolvimento filosófico do autor. Tal fato, porém, levou diversos intérpretes lukacsianos a identificarem em seu desenvolvimento pontos de *ruptura*, incorrendo em periodizações, por vezes, demasiado generalistas. José Paulo Netto (1992) demonstra como teóricos de grande estatura, como Lucien Goldmann, Peter Ludz e Henri Avron, ao recortarem a obra lukacsiana, acabam por perder de vista o nexo interno que a unifica, afinal:

Não basta mostrar, de forma mais ou menos correta, os instantes que marcam as inflexões maiores da rota intelectual de Lukács. O que conta é, a par desta indicação, o estabelecimento de linhas-de-força filosófico-ideológicas que se interpõem, superpõem e/ou prolongam (Netto, 1992, p.30).

Desta forma, não se propõe, de forma alguma, afirmar a existência de uma *homogeneidade* que percorra toda a obra de Lukács, mas, antes, busca-se identificar o que Mészáros (2013) denomina de “ideia sintetizadora fundamental” (p.33), que garante uma unidade entre as continuidades e descontinuidades presentes no itinerário intelectual do filósofo húngaro. A continuidade dialética presente nos escritos lukacsianos, porém, só pode ser compreendida se estes forem tomados como uma *totalidade* vinculada com seu *tempo e modo* (Netto, 1992), ou seja, desvelando o nexo estabelecido tanto com o momento histórico em que foram formulados, como com as prévias referências teórico-políticas do autor.

Nossa proposta com este trabalho, portanto, é analisar os “escritos políticos” de Lukács em seu *tempo e modo*. Porém, como identificar, no conjunto de textos do autor, o que poderíamos qualificar como “escritos políticos”? No interior da tradição lukacsiana o tema da *política* ocupa um lugar bastante complexo. Carlos Nelson Coutinho (1996), em seu famoso ensaio intitulado “Lukács, a Ontologia e a Política”, não hesita em qualificar como insuficiente a atenção dada pelo filósofo à esfera política, em suas palavras “não há na obra lukacsiana – e, em particular, na Ontologia – uma análise efetivamente ontológica da práxis política” (Coutinho, 1996, p.24). Distanciando-se desta posição, José Paulo Netto (2008) irá afirmar que, mesmo que a política não disponha, na obra de Lukács, do privilégio de que goza em outros

² Lukács estreou precocemente na imprensa húngara, como crítico teatral, em 1902. Ver: José Paulo Netto (2023).

marxistas, como em Antonio Gramsci, ela está sempre presente enquanto uma *dimensão*, ou seja, “Lukács foi um *pensador político*, não um *pensador da política*” (Netto, 2008, p.21).

Há, contudo, no conjunto de intervenções lukacsianas, um substrato de textos de caráter eminentemente político. Trata-se de teses congressuais, artigos, conferências e ensaios em que o tema principal é a análise da realidade concreta e as possibilidades de intervenção prática que estão colocadas. Nestes textos, distribuídos ao longo dos mais de cinquenta anos em que o autor dedicou sua vida a militância comunista, podemos inferir a presença de uma *ideia sintetizadora fundamental*: a relação estabelecida entre *democracia* e *transição socialista*.

1. Do *rigorismo ético* à *ditadura democrática*

Quando, em dezembro de 1918, Lukács adere ao recém fundado Partido Comunista Húngaro, este realiza aquela que seria considerada a maior clivagem de toda sua vida. Neste momento, o jovem filósofo, oriundo de uma família abastada e enobrecida do antigo império austro-húngaro, que até então que transitava entre o neokantismo, a sociologia compreensiva e a filosofia hegeliana (Deo, 2015), toma uma clara posição face aos dilemas da sociedade moderna: Lukács adere ao marxismo e opta por lutar ao lado do proletariado em defesa da revolução socialista.

A partir daí, pressupõe-se que Lukács atue diretamente nas questões políticas postas na ordem do dia, ou, em outras palavras, “a política deixava de ser o imperativo da consciência moral, e o pensador idealista, recém-convertido ao marxismo mal assimilado, estava às voltas com a tarefa de intervir na árida realidade” (Frederico, 1997, p.10). Poucos meses após seu ingresso no partido, estoura a revolução húngara de 1919, da qual Lukács participa ativamente, tendo exercido o cargo de vice-ministro da educação e de comissário político da 5ª Divisão do Exército Revolucionário. Seu primeiro volume marxista, intitulado “Tática e Ética”, data do mesmo ano, texto em que Lukács “erige uma muralha entre a pecaminosidade da ordem burguesa a pureza da ética comunista” (Vedda, 2012, p.9).

Neste momento, Lukács apreende o marxismo não como método de análise concreta da realidade concreta, como exprime a máxima leniniana, mas como um conjunto de princípios universais, o que culmina em um *rigorismo ético* (Deo, 2015). Isso fica ainda mais evidente em seu ensaio “Sobre o parlamentarismo”, de 1920, onde Lukács nega qualquer participação dos comunistas na institucionalidade burguesa, a fim de preservar a pureza ética comunista.

A questão do parlamentarismo foi particularmente criticada por Lênin. Ao comentar sobre o ensaio de Lukács, Lênin afirma que:

Seu marxismo é puramente teórico; a diferença entre as táticas ‘defensiva’ e ‘ofensiva’ é imaginária; carece de análise concreta de situações históricas bem definidas; o essencial (a necessidade de conquistar e aprender a conquistar todas as esferas do trabalho e todas as instituições onde a burguesia manifesta sua ascendência nas massas etc.) não se toma em conta (Lênin, *apud* Frederico, 1997, p.11).

As críticas de Lênin se aprofundam em seu famoso ensaio “Esquerdismo: a doença infantil do comunismo”. Segundo Leandro Konder (1980), esse esquerdismo de Lukács deriva do fato de que quando o filósofo adere ao leninismo, ele ainda não havia podido efetivamente assimilá-lo (p.36). Portanto, num primeiro momento, Lukács valorizava Lênin por este ter resgatado o papel ativo do sujeito na história, mas esse sujeito ainda era compreendido de forma abstrata. Não à toa, quando o filósofo anunciou sua adesão ao PCH ele afirmou que pela primeira vez ele havia encontrado algo que personificava o espírito hegeliano (Vedda e Infranca, 2014).

A comuna húngara, porém, é afogada em sangue, as forças contrarrevolucionárias entram em cena, e, em agosto de 1919 o regime protofascista de Miklós Horthy é instaurado. Lukács, então, vê-se obrigado ao exílio em Viena, onde permanecerá por dez anos. Nesse período, as críticas de Lênin, somadas ao exílio político de Lukács e ao refluxo da revolução no ocidente, colaboram para a dissolução de suas posições “esquerdistas”, levando-o a se aproximar da defesa do realismo, da *Realpolitik* revolucionária e do interesse pela vida cotidiana da classe trabalhadora, que irá articular toda sua concepção política posterior. Esse movimento já aparece de forma germinal no opúsculo “Lênin: Um estudo sobre a unidade de seu pensamento” de 1924 (Vedda, 2012). Nos anos subsequentes, a adesão ao comunismo, num primeiro momento impulsionada por motivações éticas, ganhará fundamentações teóricas (Netto, 2023).

Um marco essencial que evidencia as transformações ocorridas no interior do pensamento lukacsiano durante a década de 1920 encontra-se no conjunto de teses apresentadas por ele ao II Congresso do Partido Comunista Húngaro, ocorrido em fins de 1928, intituladas “Teses sobre a situação política e econômica na Hungria e sobre as tarefas do PC húngaro”, mais conhecidas como “Teses de Blum”, pseudônimo adotado pelo autor no período de clandestinidade³.

Havia, no momento, no interior do próprio partido, uma disputa de frações: a primeira, ligada ao então secretário-geral do partido Béla Kun, que defendia a tese de que a única forma

³ Com a derrota da Revolução dos Conselhos na Hungria, em agosto de 1919, o regime protofascista de Miklós Horthy ascende ao poder, forçando Lukács ao exílio e colocando o recém fundado PCH na clandestinidade.

adequada de instauração do socialismo na Hungria era organizar um levante popular que estabeleceria diretamente a ditadura do proletariado (Vedda e Infranca, 2014); e a segunda, a qual Lukács se vinculava, dirigida por Jëno Landler, que, porventura, acabou falecendo logo antes da realização do congresso, coube então à Lukács sintetizar as posições da fração e defendê-las perante os militantes do partido.

A posição de Lukács era radicalmente distinta daquela defendida por Kun e seus discípulos⁴. Para ele, a Europa e a Hungria se encontravam em uma posição bastante peculiar. Diante da completa liquidação das reformas democráticas, da ampliação sistemática das tendências fascistas e da preparação de uma guerra contra a União Soviética, Lukács defende que a posição do partido deveria deslocar-se da imediata implementação da ditadura do proletariado, passando a defender as reformas democráticas, tipicamente burguesas, e logrando ao PCH a tarefa de dirigir as massas (que incluem classes que não o proletariado) rumo a radicalização da democracia burguesa, sob a consigna de “*ditadura democrática do proletariado e do campesinato*” (Lukács, 2014, p.274).

Muito diversamente daquilo defendido pelo próprio Lukács cerca de dez anos antes, quando este afirmava que os comunistas nada tinham a ver com a defesa da institucionalidade burguesa, ele agora não hesita em afirmar que “a concepção do marxismo, segundo a qual a democracia burguesa é o campo de batalha mais propício ao proletariado, deve ser popularizada entre os membros do partido” (Lukács, 2014, p.275), e chega a defender, citando Lênin, que “não existe nenhuma muralha da China entre a revolução burguesa e a revolução proletária” (Lênin, *apud* Lukács, 2014, p.276).

Importante ressaltarmos, porém, como Lukács não acaba por cair em uma divisão etapista do processo revolucionário. Ele não acredita que a *ditadura democrática* seja um estágio necessário para se chegar à *ditadura do proletariado*. Mas, antes, demonstrando como no processo revolucionário russo de 1917 a *ditadura democrática* fora realizada através da dualidade de poderes, que ao fim e ao cabo resultou na prevalência do poder dos *soviets*, ele a considera como a “mediação dialética” (Del Roio, 2013) rumo ao socialismo.

No cenário internacional, o ano de 1928 marca a realização do VI Congresso da Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, onde ocorre a substituição da política de “frente única proletária” pela consigna de “classe contra classe” (Netto, 2008). No que tange a

⁴ Nesta própria contraposição já se apresentam elementos que apontam para a superação do rigorismo ético presente nos escritos anteriores de Lukács. Segundo Vedda e Infranca (2014), as propostas de Kun aparecem diante de Lukács como utopistas, derivadas de um empenho “tipicamente esquerdista” (p.25).

posição de Lukács diante deste cenário, podemos apontar interpretações não apenas conflitantes, mas antagônicas.

Enquanto, por exemplo, para José Paulo Netto (2008), Michael Löwy (1998) e Leandro Konder (1980), nas “Teses de Blum” Lukács distancia-se da consigna de “classe contra classe” que começava a vicejar na Internacional⁵, outros, como Del Roio (2025) e Miguel Vedda e Antonino Infranca (2014) apontam como, na verdade, Lukács aproxima-se da nova política da Internacional, delegando a isso certo caráter “sectário” (Vedda e Infranca, 2014, p.26) presente nas *teses*. Fato é que, no corpo do texto, Lukács defende que a oposição “democracia ou fascismo” deve ser substituída pela “classe contra classe”, inferindo, inclusive, um caráter vacilante na social-democracia diante deste conflito.

Neste sentido, podemos identificar nas *Teses de Blum* certos avanços em relação as posições defendidas em *Tática e Ética*, o primeiro deles precisamente no fato de que Lukács abandona o *rigorismo ético* e passa a empreender uma análise concreta da situação concreta na Hungria. Porém, há também mais um avanço, que diz respeito à substantivação das formas de governo. Ao se pôr a discutir as consignas fundamentais do movimento comunista, Lukács demonstra como as oposições generalistas entre “democracia” e “fascismo”, e a defesa da “democracia” como um valor universal são bastante limitadoras para a análise da realidade. Trata-se, fundamentalmente, de extrair das formas de governo seu caráter classista, isto é, qual classe organiza as formas de governo. Sendo assim, a consigna de “classe contra classe” possui, em Lukács, um fundamento essencial: o combate à universalização abstrata das formas de governo.

As *Teses*, porém, são duramente criticadas pelo comitê executivo da Internacional Comunista, que, através de uma carta publicada na *Internationale Presse-Korrespondenze*, não hesita em condená-las como “social-democratas”, que nada tinham a ver com o bolchevismo. Derrotado, Lukács realiza, em dezembro de 1929, uma rápida e formal autocrítica. Mais tarde, o autor justifica que tal autocrítica ocorreu apenas para que ele não fosse expulso do Partido, já que, naquele momento, “uma exclusão do Partido significava a impossibilidade de participar ativamente na luta contra o fascismo que se aproximava” (Lukács, *apud* Netto, 2023, p.44).

Pela primeira vez desvinculado da luta política imediata, Lukács volta-se ao seu gabinete de estudos, primeiro deslocando-se para Moscou, a fim de estagiar no Instituto Marx-Engels, dirigido à época por David Riazanov. É neste período que ele tem contato com materiais

⁵ Konder chega mesmo a afirmar que o uso literal do termo “classe contra classe” no documento seria apenas uma forma de “tranquilizar os comunistas que eventualmente poderiam desconfiar que a *ditadura democrática* acarretasse um esvaziamento da luta de classes” (Konder, 1980, p.60).

inéditos de Marx, como os “manuscritos econômico-filosóficos” de 1844, e com os “Cadernos filosóficos”, de Lênin, textos que provocariam enorme impacto nas formulações do filósofo húngaro. Após uma breve estada na Alemanha, determinada por uma tarefa da Internacional Comunista, Lukács retorna à Moscou pensando em compor a resistência ao nazifascismo. É neste período que alguns importantes interlocutores lukacsianos identificam uma refundação das concepções teórico-políticas do autor, que desembocará no desenvolvimento de uma perspectiva ontológica (Netto, 2023).

2. O pós-guerra e a *nova democracia*

Lukács permanecerá na União Soviética até o fim da segunda guerra, em 1945, quando, a partir da derrota do nazifascismo e da queda do regime protofascista de Miklos Horthy na Hungria, lhe é concedido o retorno à sua pátria. Durante a guerra ocorreu, também, uma guinada na política da Internacional Comunista, que, abandonando a consigna de “classe contra classe” postulada no VI Congresso, passa a defender, seguindo as formulações de Georg Dimitrov, a “frente popular antifascista”.

De acordo com Del Roio (2025), as frentes populares consistiam basicamente na política de alianças do operariado contra um inimigo comum, o nazifascismo. A amplitude e o conteúdo das frentes poderiam variar de acordo com a situação de cada país, sendo possível, aos comunistas, aliar-se ao campesinato, à pequena burguesia e até mesmo a frações da burguesia que se postulavam anti-imperialistas. Desta forma,

já se começava a falar que a derrota do fascismo não traria de imediato o momento de implantação da ditadura proletária, mas seria mais provável uma fase intermediária durante a qual o proletariado lutaria pela direção da vida social. Togliatti chamou essa fase de *democracia progressiva*, segundo leitura feita da situação da Espanha em guerra civil (1936). Dimitrov preferiu chamar esse período de *democracia popular* -- expressão que teve maior difusão -- e Mao qualificou essa fase como *nova democracia* (Del Roio, 2025, p.151).

Na Hungria, a queda de Horthy resultou na formação de governo de coalizão antifascista, que muito se aproximava das formulações da Internacional. A *democracia popular* húngara realizou uma série de reformas substantivas na vida social. Neste cenário, o retorno de Lukács foi marcado por um profundo otimismo diante das possibilidades colocadas na ordem do dia, e um novo período de intensa militância política (tal qual havia sido a década de 1918-1928) começa, no qual o autor passa a propagandar a ideia de uma *nova democracia*, expressa fundamentalmente em duas conferências: “Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo”, de 1946, e “As tarefas da filosofia marxista na nova democracia”, de 1947.

Na primeira conferência, apresentada nos Encontros Internacionais de Genebra, Lukács parte da ideia de que a derrota militar do nazifascismo não significa a liquidação política, organizacional e, sobretudo, ideológica deste. A tarefa posta na ordem do dia, portanto, é “erradicar as raízes espirituais e morais do fascismo” (Lukács, 2009, p.26), para isso é necessário compreender a gênese histórico-social do fascismo, que, segundo o autor, envolve, ao menos quatro grandes complexos intimamente vinculados entre si: a crise da democracia, a crise da ideia de progresso, a crise da confiança na razão e a crise do humanismo.

Para Lukács, este movimento expressa uma crise da filosofia burguesa (em particular do liberalismo) que tem origem na contradição entre a liberdade e igualdade políticas e a liberdade e igualdade reais dos homens, o que abriu espaço para o recrudescimento do irracionalismo e para o surgimento de ideologias antidemocráticas, que atribuem à desigualdade um motivo “natural”. Assim, o combate às raízes espirituais e morais do nazifascismo só pode se dar através da superação dos limites jurídico-formais da democracia, já que esta última só é possível “quando desaparecerem todas as formas de dependência do homem frente ao homem, de exploração e de opressão do homem pelo homem, de desigualdade social e de ausência de liberdade” (Lukács, 2009, p.28).

É precisamente esta forma de democracia, que visa superar os limites jurídico-políticos do Estado, que o autor denomina de *nova democracia*, que surge a partir da vinculação direta entre o exercício do poder e a vida cotidiana dos homens. A *nova democracia*, portanto, é uma forma de vida concreta do povo, oriunda de uma concepção de mundo democrática, capaz de impedir o regresso do fascismo.

Lukács retoma o problema da nova democracia um ano depois, em um congresso de filósofos marxistas realizado em Milão, onde ele apresenta a conferência “as tarefas da filosofia marxista na nova democracia”. Aqui, diferentemente do congresso de Genebra, o autor vincula mais diretamente a nova democracia à questão da transição socialista.

Trazendo à tona o problema da substantivação das formas de governo, Lukács afirma que nenhuma forma democrática possui um valor intrínseco (Lukács, 2009). A tarefa da filosofia marxista, portanto, é “fazer triunfar a superioridade do conteúdo sobre a forma” (Lukács, 2009, p.57), isto é, ressaltar o caráter de classe das formas democráticas. Sendo assim, na nova democracia abre-se espaço para a construção de um novo conteúdo democrático, a democracia proletária. Desta forma, no horizonte de Lukács está colocado um “caminho para o socialismo, novo, mais lento e que talvez exija menos sacrifícios” (Lukács, 2009, p.57), que deve ser aproveitado.

As esperanças de Lukács com uma transição ao socialismo baseada fundamentalmente no enfreteamento de ideias, no debate franco e no convencimento, logo ver-se-ão frustradas: a eclosão da Guerra Fria e o recrudescimento dos aparatos de poder estatal-partidários do bloco soviético, destroem a possibilidade de uma transição socialista sem o recurso à violência e ao terror (Netto, 2008).

No caso húngaro, o “sinal” dos novos tempos é marcado pela ascensão de Mátyás Rákosi, dirigente ligado aos grupos stalinistas, ao poder. Qualificando o ano de 1948 como “o ano da mudança”, Rákosi expurga do Partido Comunista toda sua pluralidade, e dá início a uma cruzada pública contra Lukács, que é obrigado, novamente, a recolher-se a vida privada. Segundo Netto (2008), mais uma vez a intervenção política do filósofo redundará numa derrota, assim, “ele e suas ideias políticas deixam a cena pública – contudo, não será por muito tempo” (Netto, 2008, p.17).

3. O pós-1956 e a crítica aberta ao stalinismo

A segunda metade do século XX se constituiu enquanto um momento fundamental na história da tradição marxista. Desde a morte de Stalin, no ano de 1953, diversas questões floresceram no debate sobre os rumos do movimento revolucionário. Hobsbawm (1983) aponta alguns fatores fundamentais para a compreensão deste período, são eles: as lutas de libertação no chamado terceiro mundo; a explosão do radicalismo político no fim da década de 1960; e a crise instaurada na URSS e nos países do leste europeu que compunham o bloco socialista.

Com efeito, talvez o ponto de arranque desta discussão se encontre exatamente neste último fator. A crise no chamado socialismo real, decorrente do chamado processo de desestalinização da União Soviética iniciado a partir da divulgação do relatório Krushev⁶ em 1956, enunciou que a organização social ali vigente necessitava de reformas. Em suma:

A partir de 1956, começa um período em que a maior parte dos marxistas foi obrigada a concluir que os regimes socialistas existentes – desde a URSS ou Cuba até o Vietnã – estavam distantes daquilo que se desejava fosse uma sociedade socialista ou uma sociedade no caminho da construção do socialismo (Hobsbawm, 1983, p.21).

As discussões acerca da relação entre Lukács e o stalinismo assumem as formas mais distintas. Michael Löwy (1998), por exemplo, defende a tese de que, desde o ensaio “Moses Hess e os problemas da dialética idealista” (1926), Lukács teria encontrado na categoria

⁶ O relatório secreto apresentado por Nikita Krushev, então secretário geral do Partido Comunista da União Soviética, no XX Congresso do partido trouxe à luz algumas denúncias de barbaridades ocorridas durante a direção de Stalin, dando origem a tese do “culto à personalidade”.

hegeliana de *reconciliação com a realidade* (*Versöhnung mit der Wirklichkeit*) o fundamento metodológico de sua adesão ao “Termidor” soviético, isto é, ao stalinismo (p.235). Desta forma, para Löwy, Lukács foi um stalinista, e continuou sendo até pelo menos o ano de 1956, quando ele começa a “acertar suas contas” com o regime soviético (p.248).

Em sentido diametralmente oposto, outro importante interlocutor lukacsiano vai identificar neste mesmo período, que Löwy aponta como stalinista, uma *crítica elíptica* à política cultural de Stalin. Segundo José Paulo Netto (2019), desde 1931, “Lukács afirma reiteradamente o oposto das formulações dogmáticas” (p.323), das quais se sobressai sua “oposição de princípio ao zhdanovismo, que então sintetizava a oposição intelectual ao stalinismo *tout court*” (2023a, p.33).⁷

Fato é que, ao menos a partir de 1956, Lukács empreende uma crítica aberta ao stalinismo, tanto em âmbito teórico, quanto na prática política direta. Isso fica evidente já em outubro do mesmo ano, quando ele participa ativamente da insurreição popular que ocorre no seu país de origem, que ficou conhecida como o “outubro húngaro”⁸.

No decorrer deste processo, Lukács chegou a se exilar na Romênia. Quando, em abril de 1957, o filósofo retorna a sua terra natal, o faz mediante a uma condição: Lukács deveria recolher-se à vida privada. Desvinculado pela primeira vez desde 1918 do Partido Comunista, Lukács abdica da prática política imediata e volta seus esforços para o que ele denominou de *renascimento do marxismo* (Netto, 2008, p.19). Neste *tour de force* teórico (do qual surgem suas obras máximas: a *Estética*, de 1963, e a *Ontologia*, publicada entre 1976 e 1981), podemos identificar uma crítica contundente ao stalinismo. Segundo um dos maiores estudiosos do filósofo,

Lukács foi fiel à sua convicção, expressa em inúmeros textos publicados depois de 1956, ano do XX Congresso do PCUS e do Relatório Krushev, de que um intransigente acerto de contas com o stalinismo era condição *sine qua non* para encaminhar uma regeneração da ideia socialista (Tertulian, 2023, p.277).

Esta posição de Lukács torna-se evidente já em 1962, quando, a pedido de Alberto Carocci, fundador da revista italiana *Nuovi Argomenti*, ele redige uma carta sobre o fenômeno stalinista. O ponto de partida de Lukács é a rejeição do “culto à personalidade” como explicação

⁷ Cabe aqui apontar que ambos os autores fazem uma apreciação também oposta em relação ao ensaio “Moses Hess e os problemas da dialética idealista”. Enquanto para Löwy ele abre caminho para a conversão de Lukács ao stalinismo, para Netto (2013), o ensaio anuncia a ruptura com o utopismo que prevalecia nos escritos anteriores do filósofo, abrindo uma via para a constituição de sua obra madura, articulada numa perspectiva ontológica.

⁸ O “Outubro Húngaro”, ocorrido em 1956, iniciou-se a partir de um levante popular que levou ao governo Imre Nagy. Lukács chegou a ocupar, por um breve período, a cadeira de ministro da cultura.

para um fenômeno social tão amplo e complexo. Segundo o autor, a questão deve ser tratada a partir dos pressupostos colocados por Palmiro Togliatti, isto é, buscar a gênese social do stalinismo, ou, em outras palavras “era necessário trazer à luz as condições sociais do surgimento e estabilidade do “culto à personalidade” a partir da dinâmica interna da Revolução Russa” (Lukács, 2021, p.244).

A crítica de Lukács ao stalinismo, portanto, transforma-se em uma verdadeira análise do desenrolar do processo revolucionário iniciado em 1917. Para ele, a questão fundamental a ser debatida era o afastamento, operado por Stalin, em relação ao marxismo, fundamentalmente em relação à precisa articulação entre “tática” e “estratégia” operadas por Lênin. Sendo assim, Stalin, que se reivindicava um defensor da herança de Lênin, passou à oposição a este.

Segundo Lukács, uma das justificativas é o próprio fundamento metodológico stalinista, que se baseava na abolição das mediações, a fim de criar uma “conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais” (*Ibidem*, p.34). Nada mais distante do fundamento lenineano, e marxista, do que isso, já que “Lênin distinguia com clareza entre a teoria, a estratégia e a tática, estudando-as sempre com o maior cuidado e levando em conta todas as mediações existentes entre elas e que frequentemente as relacionam de modo muito contraditório” (*Ibidem*).

Ao ligar *imediatamente* teoria e prática, a tradição stalinista degrada a teoria. Ao abolir as mediações, a teoria não mais se concretiza na prática, mas, ao contrário, ela se transforma em sua justifica posterior. Assim, o stalinismo surge, para Lukács, não como um conjunto de erros particulares e ocasionais, mas como um “sistema de ideias gradualmente montado” (*Ibidem*, p.42), que era validado através da própria estrutura estatal-burocrática do regime.

Para Lukács, tarefa dos marxistas é justamente extinguir esse sistema do seio do movimento revolucionário e, além de trazer à tona a correta interpretação dos fundamentos teóricos do marxismo, instaurar “medidas econômicas e políticas que introduzem na realidade social uma democratização geral de sentido comunista” (*Ibidem*, p.44). Somente assim seria possível libertar as forças do método de Marx, Engels e Lênin, e fazer avançar tanto a teoria quanto a construção do socialismo.

Até meados da década de 1980, a *carta* era considerada o documento mais centrado sobre o stalinismo que Lukács havia produzido. Apenas quatorze anos após a morte do filósofo, em 1985, veio à luz um longo ensaio em que Lukács tematiza e aprofunda suas concepções sobre o chamado stalinismo.

No final do ano de 1968, as esperanças de Lukács em uma possível reforma e desestalinização do socialismo existente se viram novamente frustradas. Passados alguns anos

desde a queda de Krushev (1965), um evento muito particular impactou enormemente o autor. A intervenção do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia, pondo fim a chamada “Primavera de Praga”, movimento de autorreforma empreendido sob a direção de Alexandre Dubcek, foi duramente condenada por Lukács, que, segundo testemunhas, teria dito que se tratava, para o movimento comunista, de uma tragédia tão grande quanto a adesão dos partidos socialdemocratas à guerra imperialista de 1914 (Coutinho, 2008, p.34).⁹

A questão foi de tamanha importância, que Lukács suspendeu a redação de sua obra máxima, a “Ontologia do ser social”, na qual ele trabalhou até o final de sua vida (1971), para redigir o que ele denominou, em uma carta para seu editor Frank Benseller, como um “amplo ensaio sobre os problemas ontológico-sociais da democratização” (Lukács, *apud* Coutinho, 2008, p.34).

No texto, intitulado “O processo de democratização”¹⁰, Lukács retoma e aprofunda as problemáticas já apontadas na *Carta*, de 1962¹¹. Porém, avançando no que seria a alternativa posta para o aprofundamento da transição socialista no bloco soviético, o que ele denominou de *democracia da vida cotidiana*. Recuperando a importância dos sábados comunistas (*subbotniks*)¹² e dos conselhos (*soviets*), Lukács demonstra como a transição socialista não se reduz a uma questão econômica, mas, vai além, a transição deve edificar também um *novo homem*.

Para Lukács este horizonte estratégico de um *novo homem*, ou seja, da emancipação humana, nunca deixou o horizonte de Lênin, mas, a partir de sua morte em 1924, desapareceu das preocupações de todos seus possíveis sucessores, e não apenas de Stalin, processo que culminou na redução dos *subbotniks* e dos *soviets* a meras instituições formalistas.

A recolocação da *democracia da vida cotidiana*, isto é, do exercício direto das massas no poder, no horizonte dos países soviéticos, portanto, significaria a retomada da estratégia comunista. Portanto, Lukács não abdica da defesa da União Soviética enquanto experiência de transição socialista. Dessa forma, o texto de 1968 parece caminhar no sentido contrário ao testemunho de István Eörsi, que afirma ter escutado do próprio Lukács que “parece que todo o

⁹ Ver, também, Nicolas Tertulian (2003), *Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético*, p.287.

¹⁰ O título original “*Demokratisierung heute und morgen*” (Democratização hoje e amanhã) foi traduzido de diversas formas, por exemplo: em italiano “*L’uomo e la democrazia*” e em inglês “*The process of democratization*”, título que baseou a tradução para o português, “O processo de democratização”, publicada em 2008.

¹¹ Em outra oportunidade, pudemos nos aprofundar mais detidamente sobre este ensaio. Ver: Lucca Faustino (2024), *Lukács e a política: um estudo sobre “O processo de democratização”*.

¹² Os *subbotniks*, surgidos na União Soviética depois da revolução de 17, eram uma forma de realização de trabalho comunitário, que iam desde a limpeza das cidades até obras de maior porte. Lênin foi um grande entusiasta dos “sábados”, como retratado na célebre pintura de V. Ivanov, *V.I. Lenin at the subbotnik in the Kremlin* (1964).

experimento iniciado em 1917 fracassou e tudo tem de ser começado outra vez num outro lugar” (Lukács, *apud* Eörsi, 1999, p.13). A questão que fica é: mesmo identificando, no processo de desenvolvimento soviético, uma verdadeira ruptura com o método de Marx e Lênin, “por que Lukács não concluiu que houve uma ruptura com o próprio processo de transição socialista?” (Del Roio, 2013, p.146).

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, não pretendemos oferecer respostas conclusivas, muito menos esgotar o debate sobre os “escritos políticos” de Lukács. Limitar-nos-ei apenas a inferir alguns apontamentos preliminares e algumas hipóteses de trabalho sob as quais estamos nos debruçando¹³.

Em diálogo com as chamadas *teorias políticas* modernas, Lukács apresenta-se como algo radicalmente distinto. Muito longe das formulações dos clássicos, como Aristóteles e Rousseau, o filósofo húngaro inscreve como exigência para a análise da realidade a não-universalização dos conceitos. Ou seja, Lukács irá criticar a defesa da democracia de ambos os autores justamente por eles a apresentarem enquanto um conjunto de valores universais a serem aplicados em qualquer formação social. A universalização genérica da democracia, porém, não é algo restrito a autores de séculos distantes. Teóricos do século XX, contemporâneos à Lukács, incorrem no mesmo equívoco, como Joseph Schumpeter (1961) na sua teoria da democracia mínima.

A chamada *questão democrática* também provoca calorosos debates no interior da tradição marxista. Pensemos como Carlos Nelson Coutinho, com seu ensaio “a democracia como valor universal” (1980), causou fervorosas intervenções no cenário intelectual brasileiro. Outra posição pode ser encontrada em Jacques Rancière (2014), com seu “ódio a democracia”. E mais recentemente a intervenção de Ellen Wood (2003) trouxe novos elementos para o debate.

No seio deste debate, porém, trabalhamos com a hipótese de que as formulações acerca da democracia, em Lukács, estão fortemente ancoradas em Lênin (2019), estabelecendo, também, especialmente no que tange à *nova democracia*, algumas semelhanças com os escritos de Palmiro Togliatti (1980). Lukács interpreta a democracia não como algo que possui um valor intrínseco, aplicável a qualquer forma social, mas como uma forma de organização da vida que necessita de uma substantivação de classe. Ou seja, Lukács é um profundo defensor da

¹³ Aproveitamos para afirmar que as conclusões parciais e hipóteses apresentadas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva do autor, e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

democratização, e, portanto, não incorre no erro de ou valorizar por demasiado a democracia burguesa, ou rejeitá-la por completo. Lukács, na esteira da melhor tradição dialética, busca superar (*Aufhebung*) as formas de governo existentes, incorporando aquilo que é válido, criticando seus limites e ampliando-as até não serem mais necessárias.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal: notas sobre a questão democrática no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: **Lukács: um galileu no século XX**. ANTUNES, Ricardo. & RÊGO, Walquiria Leão. São Paulo: Boitempo, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Sobre os textos. In: LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008
- DEL ROIO, Marcos. Lukács e a democratização socialista. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DEL ROIO, Marcos. Lukács e a questão da democracia como estratégia. In: **Anuário Lukács** 2025. V.12, n.1, dez. 2025
- DEO, Anderson. Lukács, Lenin e o caminho para Marx: apontamentos. **Lenin: teoria e prática revolucionária**. Marília: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2015.
- EÖRSI, István. Prefácio. In: LUKÁCS, György. **Pensamento vivido: autobiografia em diálogo**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa, MG: Editora da UFV, 1999.
- FAUSTINO, Lucca. Lukács e a política: um estudo sobre “o processo de democratização”. In: **Anais do IV Congresso de Ciências Sociais da UNESP/FCLAr**, 2024.
- FREDERICO, Celso. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo**, vol.11. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1983.
- KONDER, Leandro. **Lukács**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes: textos escolhidos**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUKÁCS, György. **Socialismo e Democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, György. **Jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, György. **Táctica y Ética – escritos tempranos (1919-1929)**. Buenos Aires: Herramienta, 2014.

- LUKÁCS, György. Carta a Alberto Carocci: Reflexões sobre o culto a Stalin. In: LUKÁCS, György. **A responsabilidade social do filósofo e outros escritos políticos**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo. 2013.
- NETTO, José Paulo. Lukács – tempo e modo. In: NETTO, José Paulo (org.): **György Lukács – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática. 1992.
- NETTO, José Paulo. Sobre Lukács e a política. In: **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.
- NETTO, José Paulo. O Moses Hess... de Lukács. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gyorgy Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NETTO, José Paulo. Lukács e a problemática cultural da era stalinista. **Verinotio** -Revista on line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 25, n. 1, pp. 303-38, abr. 2019.
- NETTO, José Paulo. **Lukács: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. 2023.
- RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SCHUMPETER, Joseph. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- TERTULIAN, Nicolas. **Georg Lukács: etapas de seu pensamento estético**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- TERTULIAN, Nicolas. **Por que Lukács?** São Paulo: Editora Boitempo, 2023.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Muro, 1980.
- VEDDA, Miguel. Apresentação. In: LUKÁCS, György. **Lênin: Um estudo sobre a unidade de seu pensamento**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- VEDDA, Miguel; INFRANCA, Antonino. Introducción. In: LUKÁCS, György. **Táctica y Ética – escritos tempranos (1919-1929)**. Buenos Aires: Herramienta, 2014.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.